

Contas regionais

O desempenho da economia gaúcha em 2006*

Maria Conceição Schetttert

Economista da FEE

A Fundação de Economia e Estatística (FEE) anualmente publica, neste volume, as estimativas para o Rio Grande do Sul do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB), bem como de suas estatísticas derivadas, tais como as taxas de crescimento, globais e setoriais, divulgadas ao final de cada ano. Os números aqui apresentados referem-se às estimativas preliminares de 2006 e às revisões relativas a 2005. À parte, no **Anexo estatístico**, são referidos os últimos cinco anos das variáveis aqui consideradas.¹

Conforme essas estimativas, o PIB do Estado, quarto no *ranking*² do País, teve um crescimento de 2,7% em 2006, atingindo o valor de R\$ 156,0 bilhões. O PIB *per capita*, por sua vez, cresceu 1,6%, atingindo o valor de R\$ 14.227 (Tabela 1). Essa *performance* do PIB estadual deve se situar em torno do crescimento da economia brasileira como um todo, o que propicia a manutenção da participação do PIB estadual no PIB do Brasil no patamar dos 7,5% (Tabela 2). No País, as estimativas do PIB para 2006 são conhecidas no final de fevereiro, quando da divulgação das Contas Nacionais Trimestrais do quarto trimestre de 2006, cujo cálculo é

de responsabilidade do IBGE. Os valores informados pelo IBGE do PIB trimestral até o terceiro trimestre de 2006 implicaram uma taxa acumulada no ano de 2,5%. Por sua vez, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) projetou, em seu **Boletim de Conjuntura** de dezembro de 2006, um crescimento anual de 2,8% do PIB brasileiro (Tabela 3).

A despeito do desempenho positivo da economia gaúcha registrado em 2006, salienta-se que, devido à base de comparação (2005) fortemente deprimida, os índices de produção globais e setoriais não lograram, em geral, alcançar os patamares produtivos dos anos 2003 e 2004.³

Examinando-se o desempenho dos setores que compõem o **produto** global, o agropecuário, com uma participação de 11,5% na estrutura produtiva regional em 2005 e com um crescimento significativo do seu VAB, estimado em 19,9% em 2006 (Tabela 4), foi o destaque positivo do ano, o que compensou parcialmente a queda de 17,5% sofrida no ano anterior. Contribuíram para essa boa *performance*, principalmente, as condições climáticas. O segmento de lavouras (Tabela 5) foi o que determinou o crescimento do setor, tendo registrado um aumento de 27,2%. Contudo, devido aos desempenhos negativos dos dois últimos anos anteriores — -3,3% em 2004 e -14,2% em 2005 —, o setor não logrou, ainda, recuperar, para algumas culturas, os níveis de produção recordes de 2003, quando houve uma expansão de 21,1% (Tabela 6). Em relação às principais culturas investigadas, todas, com exceção do trigo, apresentaram expansão na área colhida (Tabela 7). Devem ser destacados, pela sua importância relativa na estrutura da lavoura, os aumentos na produção de soja (209,2%), milho (205,1%), cuja área colhida registrou a maior expansão (45,3%)

* Artigo recebido em 16 jan. 2007.

¹ Os cálculos foram efetuados pelo Núcleo de Contabilidade Social (NCS) do Centro de Informações Estatísticas (CIE) da FEE, com os seguintes integrantes: Carlos Gouveia, Eliana da Silva, Juarez Meneghetti (Coordenador), Maria Conceição Schetttert, Maria Helena Sampaio e Sérgio Fischer. O CIE tem, como Supervisor, Adalberto Maia Neto.

² Conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2006), os principais estados, de acordo com sua participação no PIB brasileiro, são: São Paulo (30,9%), Rio de Janeiro (12,6%), Minas Gerais (9,4%), Rio Grande do Sul (8,1%), Paraná (6,2%), Bahia (4,9%) e Santa Catarina (4,0%). Destaca-se que essas estatísticas regionais são publicadas pelo IBGE, porém são elaboradas pelas instituições oficiais estaduais de estatística, que, no caso do RS, é a FEE, e derivam de metodologias homogêneas, portanto, são números comparáveis. Essa comparabilidade metodológica é assegurada por convênio firmado entre essas instituições e o IBGE, este último no papel de coordenador geral, além de responsável pelas estatísticas oficiais brasileiras.

³ Examinando a evolução dos índices de volume do VAB e do PIB (Tabela A.4 do **Anexo estatístico**), constata-se que, com o forte retraimento de 2005 (-5,2%) — o pior desempenho desde a vigência do Plano Real, a partir de 1994 —, os níveis produtivos de 2003 e 2004 ainda não foram recuperados.

das culturas pesquisadas, mandioca (14,8%), arroz (11,2%), fumo (9,8%) e, por outro lado, a queda (-48,2%) na produção de trigo. Cabe também registrar o expressivo aumento de produtividade nas lavouras de soja (198,8%) e de milho (109,9%).

A produção animal permaneceu praticamente no mesmo patamar do ano anterior, com um crescimento de 1,0%. Detalhando-se o comportamento dos principais segmentos dessa atividade, o crescimento de aves (1,1%) e de suínos (1,6%) compensou a queda sofrida pela bovinocultura (-0,3%). O mau desempenho desta última veio reforçar a alternância de participação estrutural ocorrida na pecuária já em 2004; assim, conforme o último registro (Tabela 8), a participação da suinocultura em 2005 (31,5%) superou significativamente a do tradicional rebanho bovino (25,3%).

Ao contrário da agropecuária, a indústria, com uma participação de 44,5% em 2005, apresentou variação negativa no VAB estimada em -1,3% (Tabela 4). Esse é o segundo ano consecutivo de queda na indústria gaúcha, que, em 2005, já havia registrado um forte declínio (-4,8%). A indústria de transformação foi o pior desempenho (-2,3%) e, sendo o carro-chefe do setor, com participação de 88% na estrutura industrial, foi quem concorreu decisivamente para a taxa negativa da indústria como um todo. Considerando-se a trajetória recente da indústria de transformação estadual, vis-à-vis à brasileira, observa-se, de 1999⁴ até 2003, taxas anuais de crescimento superiores na indústria gaúcha. A taxa média do período (3,7%) foi superior à da indústria brasileira (1,7%). Já a partir de 2004, houve uma inversão dessa tendência: nesse ano, o crescimento industrial ainda foi significativo no Estado (7,5%), apenas ligeiramente inferior ao nacional (7,7%), mas a trajetória de declínio estava delineada e culminou com taxas anuais negativas para os dois últimos anos do período aqui analisado (-4,5% e -2,3%). No País, de acordo com a taxa acumulada até o terceiro trimestre 2006 (IBGE), o crescimento da indústria de transformação foi de 1,4%.

Essa *performance* negativa do parque fabril gaúcho explica-se, em grande parte, pelas características intrínsecas dessa atividade no Estado. Como há muito já tem sido referido, a indústria de transformação do RS

tem um vínculo estreito com o setor agrícola, a consagrada agroindústria gaúcha, e com grande parte da produção direcionada para o mercado externo. Nesse sentido, essa atividade, no Estado, é mais suscetível às variações cambiais e às oscilações de preços internacionais, principalmente das *commodities* agrícolas, do que a indústria brasileira, que é mais diversificada. De outro lado, essa atividade fica mais vulnerável também às crises da agropecuária, como a ensejada pela grave estiagem nos dois últimos anos anteriores (2004 e 2005).

Conforme os dados divulgados até outubro de 2006 pela **Pesquisa Industrial Mensal** (IBGE) e, ainda, considerando-se as atividades industriais mais relevantes que constituem o parque fabril do Estado, os destaques negativos foram máquinas e equipamentos (-17,8%), produtos de metal (-11,4%), calçados e artigos de couro (-8,3%) e fumo (-7,8%) — Tabela 9. Com efeito, três desses segmentos — que são também itens relevantes da pauta de exportações⁵ — foram destaques negativos na mesma, considerando o mesmo período, a variação acumulada de janeiro a outubro: máquinas e equipamentos decresceu em valor (-14,6%) e em volume exportados (-20,7%); fumo também sofreu retrocesso tanto em valor (-0,1%) quanto em volume (-11,8%); e calçados, que já vem enfrentando a concorrência asiática de outros anos, cresceu em valor (1,7%) e caiu em volume (-8,0%). Por outro lado, algumas atividades apresentaram desempenhos positivos na produção, a saber, bebidas (7,9%), alimentos (6,3%), borracha e plástico (5,0%), celulose, papel e produtos de papel (4,3%), veículos automotores (4,3%) e mobiliário (4,1%), que, entretanto, no seu conjunto, não contrabalançaram o efeito negativo dos segmentos acima citados.

Ainda considerando o setor industrial como um todo, convém fazer referência ao subsetor de eletricidade, gás e água, mais conhecido como serviços industriais de utilidade pública, que apresentou variação positiva (1,4%), acompanhando sua trajetória de crescimento sem oscilações acentuadas.

Entretanto o destaque positivo da indústria, impedindo que esta sofresse um declínio mais acentuado, foi o da construção civil, cuja expansão (6,6%) inverteu a tendência trilhada por essa atividade em anos recentes, em que se pode observar um desempenho pífio ou de taxas negativas na atividade. Esse significativo crescimento em 2006 acompanhou a *performance* da

⁴ Em 1999, ocorreu a flexibilização do câmbio, um marco importante na economia do País, pois foi rompida uma das premissas do Plano Real — a paridade fixa da moeda —, com reflexos importantes sobre as economias nacional e regionais. A taxa flutuante estimulou as exportações, o que implicou, no Estado, taxas de crescimento anuais menos oscilantes e superiores, em média, às da economia brasileira nos cinco anos seguintes.

⁵ Maiores detalhes sobre as exportações do Estado e do País podem ser buscadas no *site* da Instituição (www.fee.rs.gov.br), em Estatísticas FEE/Exportações.

construção civil nacional (5,0%) até o terceiro trimestre do ano (IBGE) e acena para um provável e continuado aquecimento da mesma no País e no Estado, para o qual estão sendo direcionados vultosos investimentos.

As razões principais desse fenômeno foram a queda das taxas de juros na economia e a minimização dos riscos no mercado imobiliário. A queda mais acentuada da taxa Selic⁶, a referência básica do custo financeiro, implicou uma ágil movimentação de capitais dos títulos do Governo para as bolsas de valores e para o mercado imobiliário. E, por outro lado, a vigência jurídica de uma série de normas e regras, que, no seu conjunto, constituem um marco regulatório para a construção civil, vem dando segurança aos negócios imobiliários. Portanto, dentro desse quadro, taxas de juros mais baixas e segurança institucional, o crédito imobiliário passou a ser amplamente ofertado pelos bancos comerciais e por outros agentes financeiros, tais como as securitizadoras de recebíveis, que passaram a descontar os títulos em carteira das empresas de construção civil com um perfil mais alongado, desonerando essas empresas e capitalizando-as.

Nesse cenário favorável à construção civil, outro fator importantíssimo de alavancagem dessa atividade são os fundos de pensão, especialmente os estrangeiros, com especial interesse no mercado imobiliário brasileiro. Além das razões referidas acima, esses fundos estão sendo atraídos também pelo preço médio baixo (US\$/m²) das aquisições no País. Isso pode explicar um movimento recente e visível de concentração de grandes construtoras brasileiras, com reflexos nos estados. Essas grandes empresas estão absorvendo outras menores, com abrangência regional, e abrindo o capital nas bolsas de valores, sustentadas pelos fundos estrangeiros e atraídas pelos recursos dos mesmos aplicados também no mercado acionário.

Essa oferta estimulada do setor da construção civil, além da absorção pelo grande capital de empreendimentos imobiliários maiores, deverá direcionar-se para uma nova fronteira, que tende a se firmar, a da moradia popular. Os projetos em edificações residenciais têm sido direcionados ao mercado de média e de alta renda, um nicho já relativamente saturado. A expansão do crédito imobiliário está em consonância com o discurso da Presidência da República de sustentar o crescimento futuro na construção civil, sendo que esta foi redireciona-

da para a área popular, na qual existe imenso déficit a ser preenchido. Na prática, o subsídio à prestação de moradias das populações de baixa renda deverá dar consistência ao discurso.

Por último, o setor serviços, com uma participação de 44,0% no VAB estadual em 2005, segundo dados preliminares, apresentou um crescimento de 2,2% em 2006, com destaque positivo para a maioria das atividades: transportes e armazenagem (4,7%), comércio (3,4%) e administração pública (1,1%). O primeiro é um segmento que refletiu bem o bom desempenho agrícola; o último citado, a administração pública, confirmou a sua linha de crescimento quase linear na série, refletindo a prestação dos serviços tradicionais do setor público, que não têm apresentado melhorias significativas; e o desempenho positivo do comércio pode ser creditado, principalmente, ao segmento atacadista e, particularmente, à comercialização de produtos agropecuários.

As possibilidades de crescimento do Estado para 2007 estão atreladas às do esforço nacional para o mesmo, mas, dadas as condições estruturais vigentes, o esforço produtivo deve situar-se não muito acima do atual patamar, conforme as projeções do IPEA para a economia brasileira (3,6%). No Estado, as probabilidades de crescimento têm sustentação, em parte, devido ao comportamento dos índices de produção física industrial (Pesq. Indust. Men., 2006) até novembro de 2006. Em setembro desse ano, considerando-se as variações acumuladas no ano, ocorreu uma suave inflexão na curva descendente dos índices. Contudo é ainda prematuro um prognóstico mais otimista, mesmo porque as previsões de safra de 2007 (Conab) apontam redução de área plantada. Então, tendo em vista a importante interação entre o desempenho da economia estadual e o do setor agropecuário, não é sem razão que, no projeto do novo Governo estadual, recentemente empossado, está um ambicioso plano de irrigação para o Estado na mesma ordem de importância que o saneamento das contas públicas.

⁶ Em 2006, a taxa de juros Selic, referencial do sistema financeiro, apresentou um declínio efetivo de quatro pontos percentuais. No último trimestre do ano anterior, a taxa média foi de 18,8%; no último de 2006, a média foi de 14%.

Tabela 1

Produto Interno Bruto, total e *per capita*, e suas taxas de crescimento no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1994-06

ANOS	RIO GRANDE DO SUL (1)				BRASIL			
	PIB		Taxas de Crescimento (%)		PIB		Taxas de Crescimento (%)	
	Total (R\$ milhões)	Per capita (R\$)	Total	Per capita	Total (R\$ milhões)	Per capita (R\$)	Total	Per capita
1994	31 129	3 298	5,2	4,1	349 205	2 232	5,9	4,2
1995	53 653	5 624	-5,0	-6,0	646 192	4 067	4,2	2,6
1996	63 263	6 564	0,5	-0,5	778 887	4 828	2,7	1,1
1997	69 221	7 006	6,1	3,5	870 743	5 317	3,3	1,7
1998	70 542	7 063	-0,5	-1,6	914 188	5 499	0,1	-1,4
1999	75 450	7 441	3,0	1,4	973 846	5 771	0,8	-0,7
2000	85 138	8 302	4,4	3,2	1 101 255	6 430	4,4	2,8
2001	94 084	9 071	3,1	1,9	1 198 736	6 896	1,3	-0,2
2002	104 451	9 958	1,1	-0,1	1 346 028	7 631	1,9	0,4
2003	128 040	12 071	4,8	3,6	1 556 182	8 694	0,5	-0,9
2004	142 874	13 320	3,4	2,2	1 766 620	9 729	4,9	3,4
2005	145 182	13 387	-5,2	-6,2	1 937 598	10 520	2,3	0,8
2006	155 971	14 227	2,7	1,6	-	-	-	-

FONTE: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

(1) Estimativas preliminares para 2005 e 2006.

Tabela 2

Participação do PIB do RS no PIB do Brasil — 1995-05

ANOS	PARTICIPAÇÃO %
1995	8,30
1996	8,12
1997	7,95
1998	7,72
1999	7,75
2000	7,73
2001	7,85
2002	7,76
2003	8,23
2004	8,09
2005 (1)	7,49

FONTE: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela 3

Taxas de crescimento do VAB, por setores de atividade, e do PIB do
Rio Grande do Sul e do Brasil — 2006

(%)

DISCRIMINAÇÃO	RS	BRASIL	
		IBGE (1)	IPEA (2)
Agropecuária	19,9	2,5	3,0
Indústria	-1,3	2,7	3,2
Serviços	2,2	2,3	2,3
PIB	2,7	2,5	2,8

FONTE: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
IPEA.

NOTA: Estimativas preliminares.

(1) Taxa acumulada até o terceiro trimestre. (2) Taxa projetada para o ano.

Tabela 4

Taxas de crescimento do VAB, por setores de atividade, e do PIB do
Rio Grande do Sul — 2005-06

(%)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Agropecuária	-17,5	19,9
Indústria	-4,8	-1,3
Indústria de transformação e extrativa mineral	-4,5	-2,3
Eletricidade, gás e água	0,5	1,4
Construção civil	-8,9	6,6
Serviços	-0,7	2,2
Comércio	-3,8	3,4
Alojamento e alimentação	1,2	-
Transportes e armazenagem	-8,4	4,7
Comunicações	3,1	-
Intermediação financeira	-5,5	-
Aluguéis	1,8	-
Administração pública	1,1	1,1
Saúde e educação mercantis	1,1	-
Outros serviços	7,9	-
Serviços domésticos	-1,3	-
VAB	-5,2	2,7
PIB	-5,2	2,7

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

NOTA 1. Considera-se a taxa do PIB igual à do VAB.

2. Estimativas preliminares.

Tabela 5

Taxas de crescimento do valor da produção da agropecuária, da lavoura e da produção animal no Rio Grande do Sul — 2005-06

(%)

ATIVIDADES	2005	2006
Agropecuária	-14,2	14,4
Lavoura	-23,0	27,2
Produção animal	0,4	1,0

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

NOTA: Estimativas preliminares.

Tabela 6

Produção e variação anual dos principais produtos da lavoura do Rio Grande do Sul — 2003-06

PRODUTOS	PRODUÇÃO (t)				VARIAÇÃO %	
	2003	2004	2005	2006 (1)	2005	2006 (1)
Arroz	4 697 151	6 338 139	6 103 289	6 784 231	-3,7	11,2
Banana	114 685	95 340	108 187	118 120	13,5	9,2
Batata-inglesa	313 157	294 912	284 137	335 209	-3,7	18,0
Cana-de-açúcar	1 136 114	1 025 756	908 930	1 166 717	-11,4	28,4
Cebola	123 325	158 094	136 211	146 325	-13,8	7,4
Feijão	137 865	133 709	75 004	120 156	-43,9	60,2
Fumo	322 078	482 968	430 347	472 720	-10,9	9,8
Laranja	354 700	356 398	311 745	335 633	-12,5	7,7
Maçã	329 461	353 140	299 972	328 091	-15,1	9,4
Mandioca	1 315 223	1 234 546	1 129 500	1 296 582	-8,5	14,8
Milho	5 426 124	3 376 862	1 485 040	4 530 562	-56,0	205,1
Soja	9 579 297	5 541 714	2 444 540	7 559 288	-55,9	209,2
Trigo	2 395 557	2 061 410	1 389 731	720 347	-32,6	-48,2
Uva	489 015	696 599	611 868	623 847	-12,2	2,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela 7

Área colhida e produtividade dos principais produtos da lavoura do Rio Grande do Sul — 2005-06

PRODUTOS	2005		2006 (1)		TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Área Colhida (ha)	Produtividade (t/ha)	Área Colhida (ha)	Produtividade (t/ha)	Área Colhida	Produtividade
Arroz	1 005 871	6,07	1 023 074	6,63	1,7	9,3
Banana	10 501	10,30	11 338	10,42	8,0	1,1
Batata-inglesa	23 612	12,03	24 143	13,88	2,2	15,4
Cana-de-açúcar	32 439	28,02	33 277	35,06	2,6	25,1
Cebola	10 581	12,87	10 894	13,43	3,0	4,4
Feijão	108 580	0,69	121 670	0,99	12,1	43,0
Fumo	241 730	1,78	243 065	1,94	0,6	9,2
Laranja	27 217	11,45	27 423	12,24	0,8	6,9
Maçã	14 966	20,04	15 260	21,50	2,0	7,3
Mandioca	87 051	12,98	87 370	14,84	0,4	14,4
Milho	965 586	1,54	1 403 218	3,23	45,3	109,9
Soja	3 733 822	0,65	3 863 726	1,96	3,5	198,8
Trigo	844 420	1,65	589 036	1,22	-30,2	-25,7
Uva	42 450	14,41	44 298	14,08	4,4	-2,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela 8

Estrutura do VBP dos principais segmentos da pecuária no Rio Grande do Sul — 2000-05

(%)

ANOS	BOVINOS	SUÍNOS	OVINOS	AVES	LEITE	LÃ	MEL	OVOS
2000	33,1	27,1	2,6	18,8	12,9	1,3	0,7	3,5
2001	34,1	27,0	2,4	18,8	12,4	1,4	0,7	3,1
2002	34,2	23,9	2,4	21,4	12,6	1,7	0,6	3,2
2003	30,1	25,1	2,7	21,7	13,3	2,7	0,8	3,6
2004	27,6	29,4	2,6	20,5	13,1	2,2	0,8	3,8
2005	25,3	31,5	2,4	20,0	14,5	1,8	0,8	3,7

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

Tabela 9

Taxas de crescimento da produção da indústria de transformação, por atividade,
do Rio Grande do Sul — 2004/06

(%)

ATIVIDADES	2004	2005	2006 (1)
Alimentos	-0,3	4,0	6,3
Bebidas	7,0	-0,2	7,9
Borracha e plástico	13,3	-7,2	5,0
Calçados e artigos de couro	0,7	-5,2	-8,3
Celulose, papel e produtos de papel	1,6	-1,2	4,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	5,5	2,0	-2,4
Fumo	26,8	-3,8	-7,8
Máquinas e equipamentos	16,8	-19,1	-17,8
Metalurgia básica	14,6	-2,9	-1,2
Mobiliário	12,1	-11,3	4,1
Outros produtos químicos (produtos químicos)	-0,6	-5,8	-0,7
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos	8,7	-0,5	-11,4
Refino de petróleo e álcool	-6,2	6,3	-3,9
Veículos automotores	21,8	-2,4	4,3

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção regional. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: dez. 2006.

(1) Taxa acumulada até outubro.

Anexo estatístico

Tabela A.1

Composição do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, do Rio Grande do Sul — 1985-06

ANOS	UNIDADES MONETÁRIAS	VALOR ADICIONADO BRUTO	SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA INDIRETAMENTE MEDIDOS (-)	IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS, LÍQUIDOS DE SUBSÍDIOS (+)	PRODUTO INTERNO BRUTO
1985	Cr\$ bilhão	99 055	7 195	10 363	102 222
1986	Cz\$ milhão	258 912	10 869	29 092	277 135
1987	Cz\$ milhão	861 819	69 616	78 207	870 410
1988	Cz\$ milhão	6 751 182	534 504	553 539	6 770 216
1989	NCz\$ milhão	107 774	11 299	6 919	103 395
1990	Cr\$ milhão	2 475 218	166 641	274 672	2 583 249
1991	Cr\$ milhão	12 307 260	774 125	1 301 003	12 834 137
1992	Cr\$ milhão	150 979 761	13 452 397	13 626 277	151 153 642
1993	CR\$ milhão	3 537 659	345 686	275 249	3 467 223
1994	R\$ milhão	30 190	1 849	2 788	31 129
1995	R\$ milhão	50 803	2 140	4 990	53 653
1996	R\$ milhão	59 786	2 010	5 487	63 263
1997	R\$ milhão	65 323	1 983	5 882	69 221
1998	R\$ milhão	67 133	2 467	5 876	70 542
1999	R\$ milhão	71 341	2 485	6 595	75 450
2000	R\$ milhão	79 767	2 325	7 695	85 138
2001	R\$ milhão	88 025	2 930	8 990	94 084
2002	R\$ milhão	99 878	5 186	9 759	104 451
2003	R\$ milhão	121 001	4 430	11 469	128 040
2004	R\$ milhão	135 454	4 627	12 047	142 874
2005 (1)	R\$ milhão	137 642	-	-	145 182
2006 (1)	R\$ milhão	147 871	-	-	155 971

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.2

Valor Adicionado Bruto a preço básico corrente, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2001-05

(R\$ milhão)

SETORES	2001	2002	2003	2004	2005 (1)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	12 739	14 780	22 609	22 134	15 836
Indústria	35 201	39 634	48 798	57 785	61 272
Indústria extrativa mineral	88	100	135	183	193
Indústria de transformação	28 578	32 571	40 882	48 922	51 793
Eletricidade, gás e água	1 759	1 978	2 188	2 500	3 229
Construção civil	4 776	4 985	5 593	6 180	6 056
Serviços	40 085	45 464	49 593	55 535	60 534
Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	8 311	8 942	11 086	12 073	12 654
Alojamento e alimentação	1 013	1 064	1 210	1 340	1 429
Transportes e armazenagem	1 427	1 619	1 930	2 090	2 116
Comunicações	1 763	2 009	1 972	2 213	2 453
Intermediação financeira	3 677	6 222	5 652	6 469	6 550
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	9 744	10 120	10 261	10 947	12 006
Administração pública, defesa e seguridade social	10 759	11 975	13 506	15 952	18 411
Saúde e educação mercantis	1 924	1 953	2 193	2 511	2 681
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1 032	1 075	1 237	1 364	1 591
Serviços domésticos	434	485	547	575	642
TOTAL	88 025	99 878	121 001	135 454	137 642

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.3

Estrutura do Valor Adicionado Bruto, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2001-05

(%)

SETORES	2001	2002	2003	2004	2005 (1)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	14,47	14,80	18,69	16,34	11,51
Indústria	39,99	39,68	40,33	42,66	44,52
Indústria extrativa mineral	0,10	0,10	0,11	0,13	0,14
Indústria de transformação	32,47	32,61	33,79	36,12	37,63
Eleticidade, gás e água	2,00	1,98	1,81	1,85	2,35
Construção civil	5,43	4,99	4,62	4,56	4,40
Serviços	45,54	45,52	40,99	41,00	43,98
Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	9,44	8,95	9,16	8,91	9,19
Alojamento e alimentação	1,15	1,07	1,00	0,99	1,04
Transportes e armazenagem	1,62	1,62	1,60	1,54	1,54
Comunicações	2,00	2,01	1,63	1,63	1,78
Intermediação financeira	4,18	6,23	4,67	4,78	4,76
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	11,07	10,13	8,48	8,08	8,72
Administração pública, defesa e seguridade social	12,22	11,99	11,16	11,78	13,38
Saúde e educação mercantis	2,19	1,96	1,81	1,85	1,95
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,17	1,08	1,02	1,01	1,16
Serviços domésticos	0,49	0,49	0,45	0,42	0,47
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.4

Índice de volume do Valor Adicionado Bruto, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2001-05

SETORES	2001	2002	2003	2004	2005 (1)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	129,62	126,50	153,14	148,16	122,23
Indústria	106,34	109,31	111,76	118,94	113,24
Indústria extrativa mineral	148,94	152,35	183,27	192,65	183,91
Indústria de transformação	101,44	105,12	107,72	115,79	110,54
Eletricidade, gás e água	131,61	134,28	135,83	139,64	140,28
Construção civil	134,35	131,73	132,87	132,90	121,04
Serviços	113,01	114,13	115,49	119,09	118,22
Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	101,67	101,32	101,62	104,88	100,87
Alojamento e alimentação	114,52	115,60	120,16	130,32	131,93
Transportes e armazenagem	131,01	128,88	127,86	132,64	121,48
Comunicações	285,38	302,48	316,03	344,37	354,89
Intermediação financeira	113,74	115,50	120,39	124,90	118,01
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	118,72	119,45	120,19	125,21	127,44
Administração pública, defesa e seguridade social	107,71	108,92	110,15	111,39	112,62
Saúde e educação mercantis	108,86	110,09	111,33	112,58	113,84
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	115,55	123,24	114,65	118,18	127,57
Serviços domésticos	105,33	106,53	104,20	101,38	100,09
VAB	111,60	112,96	118,10	121,95	115,60
PIB	111,56	112,76	118,16	122,12	115,76

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

NOTA: Os dados têm como base 1994 = 100.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.5

Taxa de crescimento do Valor Adicionado Bruto, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2001-05

(%)

SETORES	2001	2002	2003	2004	2005 (1)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	12,4	-2,4	21,1	-3,3	-17,5
Indústria	1,5	2,8	2,2	6,4	-4,8
Indústria extrativa mineral	-14,0	2,3	20,3	5,1	-4,5
Indústria de transformação	2,0	3,6	2,5	7,5	-4,5
Eleticidade, gás e água	-1,1	2,0	1,1	2,8	0,5
Construção civil	0,0	-1,9	0,9	0,0	-8,9
Serviços	2,0	1,0	1,2	3,1	-0,7
Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	0,7	-0,3	0,3	3,2	-3,8
Alojamento e alimentação	0,5	0,9	3,9	8,5	1,2
Transportes e armazenagem	5,5	-1,6	-0,8	3,7	-8,4
Comunicações	15,8	6,0	4,5	9,0	3,1
Intermediação financeira	2,9	1,5	4,2	3,7	-5,5
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	1,3	0,6	0,6	4,2	1,8
Administração pública, defesa e seguridade social	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1
Saúde e educação mercantis	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,8	6,7	-7,0	3,1	7,9
Serviços domésticos	2,8	1,1	-2,2	-2,7	-1,3
VAB	3,0	1,2	4,6	3,3	-5,2
PIB	3,1	1,1	4,8	3,4	-5,2

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.6

Deflator implícito do Valor Adicionado Bruto, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2001-05

SETORES	2001	2002	2003	2004	2005 (1)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	226,57	269,35	340,36	344,41	298,69
Indústria	246,71	270,25	325,42	362,10	403,27
Indústria extrativa mineral	262,78	292,41	327,65	421,45	467,39
Indústria de transformação	246,71	271,35	332,37	370,01	410,34
Eletricidade, gás e água	272,39	300,27	328,31	364,97	469,26
Construção civil	239,33	254,73	283,38	313,06	336,82
Serviços	285,25	320,35	345,32	375,01	411,79
Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	286,66	309,48	382,56	403,65	439,88
Alojamento e alimentação	266,16	276,89	303,07	309,45	325,79
Transportes e armazenagem	182,95	211,02	253,53	264,67	292,62
Comunicações	289,79	311,47	292,71	301,41	324,21
Intermediação financeira	157,61	262,65	228,89	252,55	270,65
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	448,45	462,88	66,41	477,67	514,75
Administração pública, defesa e seguridade social	283,63	312,14	348,12	406,63	464,16
Saúde e educação mercantis	253,40	254,30	282,33	319,78	337,53
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	399,08	389,61	481,89	515,64	557,05
Serviços domésticos	350,17	387,51	446,71	482,29	545,75
VAB	261,27	292,88	339,38	367,92	394,40
PIB	270,93	297,57	348,10	375,83	402,88

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

NOTA: Os dados tem como base 1994 = 100.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.7

Produto Interno Bruto e deflator implícito do Rio Grande do Sul — 1985-06

ANOS	UNIDADES MONETÁRIAS	VALORES CORRENTES	ÍNDICE (1)	VARIAÇÃO DO ÍNDICE (%)	DEFLATOR (1)	VARIAÇÃO DO DEFLATOR (%)
1985	Cr\$ bilhão	102 222	77,98	-	1,5E-07	-
1986	Cz\$ milhão	277 135	81,69	4,7	4,0E-07	158,8
1987	Cz\$ milhão	870 410	85,01	4,1	1,2E-06	201,8
1988	Cz\$ milhão	6 770 216	83,96	-1,2	9,4E-06	687,6
1989	NCz\$ milhão	103 395	86,77	3,4	1,4E-04	1 377,6
1990	Cr\$ milhão	2 583 249	81,02	-6,6	3,7E-03	2 576,0
1991	Cr\$ milhão	12 834 137	79,24	-2,2	1,9E-02	408,0
1992	Cr\$ milhão	151 153 642	85,81	8,3	2,1E-01	987,5
1993	CR\$ milhão	3 467 223	95,06	10,8	4,3E+00	1 970,6
1994	R\$ milhão	31 129	100,00	5,2	100,00	2 247,1
1995	R\$ milhão	53 653	94,99	-5,0	181,44	81,4
1996	R\$ milhão	63 263	95,44	0,5	212,94	17,4
1997	R\$ milhão	69 221	101,22	6,1	219,68	3,2
1998	R\$ milhão	70 542	100,69	-0,5	225,06	2,5
1999	R\$ milhão	75 450	103,71	3,0	233,72	3,8
2000	R\$ milhão	85 138	108,25	4,4	252,66	8,1
2001	R\$ milhão	94 084	111,56	3,1	270,93	7,2
2002	R\$ milhão	104 451	112,76	1,1	297,57	9,8
2003	R\$ milhão	128 040	118,16	4,8	348,10	17,0
2004	R\$ milhão	142 874	122,12	3,4	375,83	8,0
2005 (2)	R\$ milhão	145 182	115,76	-5,2	402,88	7,2
2006 (2)	R\$ milhão	155 971	118,87	2,7	421,50	4,6

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Base: 1994 = 100. (2) Estimativas preliminares.

Tabela A.8

Produto Interno Bruto *per capita* do Rio Grande do Sul — 1985-06

ANOS	UNIDADES MONETÁRIAS	VALORES CORRENTES	ÍNDICE (1)	VARIAÇÃO (%)
1985	Cr\$	12 198 784	87,85	-
1986	Cz\$	32 567	90,61	3,1
1987	Cz\$	100 745	92,88	2,5
1988	Cz\$	772 191	90,39	-2,7
1989	NCz\$	11 627	92,11	1,9
1990	Cr\$	286 474	84,81	-7,9
1991	Cr\$	1 404 377	81,84	-3,5
1992	Cr\$	16 360 746	87,68	7,1
1993	CR\$	371 266	96,09	9,6
1994	R\$	3 298	100,00	4,1
1995	R\$	5 624	93,98	-6,0
1996	R\$	6 564	93,47	-0,5
1997	R\$	7 006	96,71	3,5
1998	R\$	7 063	95,16	-1,6
1999	R\$	7 441	96,54	1,4
2000	R\$	8 302	99,63	3,2
2001	R\$	9 071	101,53	1,9
2002	R\$	9 958	101,48	-0,1
2003	R\$	12 071	105,15	3,6
2004	R\$	13 320	107,47	2,2
2005 (2)	R\$	13 387	100,76	-6,2
2006 (2)	R\$	14 227	102,35	1,6

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Base: 1994 = 100. (2) Estimativas preliminares.

Referências

BOLETIM DE CONJUNTURA. Brasília, IPEA, n. 75, dez. 2006.

IBGE. **Contas Regionais do Brasil 2004**. Rio de Janeiro, 2006.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção regional. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: dez. 2006.